Capítulo VII

A repressão da força de trabalho

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A repressão da força de trabalho. pp. 100-110. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE II O CASO BRASILEIRO

Capítulo VII

A repressão da força de trabalho

Plantation e farmers

Já mencionamos no início deste trabalho como a comparação entre o desenvolvimento americano e o brasileiro tem fascinado os brasileiros. As diferenças entre esses dois desenvolvimentos são em geral reduzidas a uma diferença básica nas formas iniciais de colonização: o fato de que no Brasil estabeleceu-se uma sociedade baseada na mão-de-obra escrava que produzia para a exportação, ao passo que nos futuros Estados Unidos desenvolveu-se uma sociedade baseada no trabalho livre e na economia familiar.

Sem dúvida, quando se reduz dessa maneira a história da colonização dos dois países não se está levando em conta a economia de *plantation* do Sul, nem as diferentes espécies de servidão temporária por contrato que existiram nas colônias norte-americanas. Mas se o foco se restringir à Nova Inglaterra propriamente dita, podemos aceitar para propósitos comparativos e em termos gerais a maneira pela qual se põe “a diferença”. O que é mais, essa “diferença” pode ser traduzida para categorias que viemos utilizando neste estudo: trata-se do *contraste entre um sistema baseado no trabalho livre e um sistema de repressão da força de trabalho*.

As “causas” para o estabelecimento desses diferentes sistemas no Brasil e nos Estados Unidos são geralmente vistas como sendo culturais, religiosas, climáticas ou históricas. Essa última, particularmente a ideia de um “transplante” de sistemas que dominavam nas metrópoles respectivas, está de fato na origem da caracterização não-estrutural e historicista – por parte igualmente de marxistas e de não-marxistas – do sistema que se implantou no Brasil como sendo “feudal”.

Toda a questão, embora básica, é sem dúvida muito complexa. A simplicidade extrema das diferentes explicações não parece fazer-lhe justiça.

Uma das distorções que torna a análise difícil é que o posterior “sucesso” capitalista dos Estados Unidos obscureceu o seu real papel anterior enquanto colônia. Aparentemente as colônias que viriam a formar os Estados Unidos não representaram uma base para a acumulação capitalista primitiva comparável às colônias de *plantation*. Isso pode ser visto *a posteriori*, mas também podia ser apreciado na época. Parece mesmo que no século XVIII era mais importante para a Grã-Bretanha manter o seu controle nas índias Ocidentais (como também, em menor grau, mesmo no Canadá com seu comércio de peles) do que nas treze colônias.

Por outro lado, se levarmos em conta as diferentes potências coloniais parece efetivamente que a única a “produzir” uma colônia do tipo da Nova Inglaterra foi a Grã-Bretanha. Sem cair na ideia historicista do “transplante” de condições britânicas peculiares, seria possível ver isso como uma consequência do desenvolvimento capitalista na Grã-Bretanha em contraste com os outros países?

Em geral chama-se a atenção para o fato de que as pessoas que cruzaram o Oceano Atlântico para a Nova Inglaterra no século XVII eram em grande parte refugiados religiosos e políticos. Porém o que é menos acentuado é que ao contrário do que ocorreu em outros países colonialistas, não pareceu haver, em geral, uma forte oposição a essa transferência em massa de população. Isso só pode levar a uma conclusão: não havia escassez de mão-de-obra na Grã-Bretanha e havia até o que se poderia considerar uma *população excedente*. Por que isso?

Como diz Julius Isaac (*Economics of Migration*, Londres, 1947: 17, cit. em Furtado, 1964:32):

A Grã-Bretanha podia se permitir enviar tantos emigrantes para o além-mar sem por em perigo o abundante suprimento de mão de obra barata para a sua indústria. As mudanças na organização agrícola, particularmente o cercamento dos campos, haviam criado na Inglaterra uma população rural excedente que fez baixar os salários a nível de subsistência, fornecendo uma grande reserva para o mercado de trabalho.

É bastante compreensível que essas pessoas buscassem no além-mar condições naturais que se aproximassem daquelas a que estavam habituadas. Assim, originou-se uma ocupação bastante diferente da da colônia típica, que se veio a denominar de *colônia de povoamento* por contraste às *colônias de exploração* (Merivale, 1861: 260-276), apesar de Marx ter reservado para o primeiro gênero o uso preferencial do termo colônia.

Exatamente por ser diferente, essa ocupação era menos importante para a mãe-pátria como colônia e para a acumulação de capital. Isso teria uma consequência adicional: sendo secundária, desenvolveu-se mais ou menos sem ser perturbada, de uma forma burguesa um tanto clássica e com relativamente pouca pressão política sendo exercida. É por isso que a independência americana parece ter sido de certa maneira menos uma reação contra condições existentes e mais uma reação contra a imposição de novas limitações. Foi somente quando o desenvolvimento das treze colônias – onde foi possível dar-se uma lenta acumulação interna de capital – tendeu a reproduzir as condições da metrópole, que vieram a ser vistas, por um lado como competidores, e por outro como a fonte de um excedente a ser extraído. Todavia, por essa época já era muito tarde para essas limitações terem outro efeito a não ser a reação que se seguiu.

O Brasil como colônia

As colônias de *plantation*, por outro lado, foram desde o início uma fonte de acumulação primitiva capitalista (Fanno, 1952: 54-65); embora não necessariamente para a própria mãe-pátria. No caso do Brasil, boa parte do excedente extraído eventualmente encontrou o caminho da Grã-Bretanha, em relação à qual Portugal, sobretudo depois de 1703, mantinha um *status* dependente semicolonial. O Brasil, assim, tendeu a tornar-se uma espécie de colônia britânica “oculta”. A independência brasileira em 1822 foi, do ponto de vista britânico, uma maneira de completar o estabelecimento de um vínculo *direto*, o que havia se iniciado em 1808-10 com a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações “amigas” e a fixação de taxas alfandegárias sobre os produtos britânicos (15%) que eram menores do que as sobre os produtos de outros países (24%) e menores, até, do que as cobradas dos próprios produtos portugueses (16%).

De acordo com Eric Hobsbawm (1969: 146-147):

(A América Latina), não é injusto se dizer, salvou a indústria do algodão britânico na primeira metade do século dezenove, quando se tornou o maior mercado para as suas exportações – atingindo trinta e cinco por cento delas em 1840, *sobretudo para o Brasil* (ênfase OGV).

Exatamente por ser uma colônia “oculta”, os cientistas sociais britânicos em geral não dão muita atenção ao papel do Brasil para a acumulação primitiva através da economia de *plantation* e o comércio de escravos. No caso das exportações de ouro, no entanto, as coisas foram mais maciças e óbvias. Diz Christopher Hill (1969: 230):

O comércio (inglês) mais aprovado no século dezoito era com Portugal, por parecer ser uma alternativa ao comércio com a França (...). No início do século dezoito a demanda por manufaturas inglesas (sobretudo tecidos leves) estava crescendo em Portugal e no Brasil (...) Auxiliou num grande revivescimento de Exeter como porto. Especialmente após o Tratado de Methuen de 1703, o comércio português, e particularmente o ouro do Brasil, contribuíram para a fixação de Londres como o mercado mundial dos metais preciosos.

Todavia, isso pode ser ainda uma subestimação se aceitarmos ter havido um tempo em que 50 mil libras de ouro brasileiro entravam na Inglaterra por semana:

A medida em que Portugal adquiriu nossas manufaturas e assim encorajou a indústria neste país pareceria poder ser avaliada pelo enorme volume de metais preciosos brasileiros que era anualmente importado de Portugal. Foi estimado em £50 000 por semana (...) Não podemos nos admirar de ter sido, de acordo com as idéias da época, altamente apreciado o feito de Methuen: ele abriu uma grande demanda estrangeira por nossos produtos, e havia assim estimulado o emprego de mão-de-obra dentro do país; enquanto que boa parte do retorno de Portugal nos vinha na forma mais necessária para recuperar a moeda e mais conveniente para levar adiante a grande guerra europeia (W. Cunningham, *The Growth of Modern Industry and Commerce: Modern Times*, Parte I, Cambridge, 1921: 460-61, cit. em Furtado, 1964: 103).

Todavia, aqui estamos interessados principalmente não nas formas de “dependência” *per se*, mas nas formas gerais de dominação interna.

Já mencionamos como tem sido difícil caracterizar o sistema de *plantation* ao nível de modos de produção. A caracterização da exploração mineral (especialmente ouro e diamantes) tem sido ainda mais difícil, além de negligenciada. De qualquer maneira, esse último tipo de atividade foi relativamente de curta duração – embora extremamente importante em suas consequências e conhecendo os seus prolongamentos “arcaicos” – como um fator econômico primordial para o Brasil como um todo.

Apesar disso tudo, o fato é que para os nossos propósitos O que interessa basicamente é uma caracterização geral das *formas de dominação*, expressas pelas relações entre as instâncias política e econômica, não a caracterização de modos de produção. Nesses termos pode-se certamente dizer que fundamentalmente assiste-se no Brasil às manifestações de diferentes variedades (e variações) de um sistema de repressão da força de trabalho, incompatível tanto com a pequena produção independente quanto com a formação de um mercado de trabalho livre. Nesse sentido, pelo menos, houve uma grande homogeneidade geral. Houve também grande estabilidade, de tal maneira que a independência política e até a abolição da escravatura em 1888 não parecem ter-lhe constituído golpes mortais, mas partes de diferentes capítulos em sua longa história (Palmeira, 1969).

A expansão territorial

As *plantations* da costa constituíram o centro dominante mais estável da sociedade brasileira por muitos anos. Mas não eram o seu único elemento. Já mencionamos a exploração mineral. Deve-se também referir à coleta das especiarias da floresta junto às margens dos rios na intrincada bacia amazônica, as quais eram drenadas e concentradas para a exportação em Belém, próximo ao mar e à embocadura do Amazonas. A criação de gado, levada a cabo numa área muito extensa e que lentamente avançou para o interior onde quer que houvesse pastagens naturais também deve ser mencionada. Havia também, esparsamente, o que se poderia denominar um “campesinato marginal”.

Todavia, todas essas diferentes formações ou eram estruturalmente análogas à *plantation*, ou subordinadas a ela ou constituíam apenas uma forma de economia próxima à subsistência e à marginalidade, nesse último caso representando a face contraditória do sistema de repressão da força de

trabalho que não retira a tensão provocada pela existência de terras fisicamente “livres”.

Apesar disso, essas outras modalidades de economia foram largamente responsáveis pela extensão de nossas fronteiras políticas muito além do domínio físico efetivo da *plantation* e também dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Deram forma às fronteiras do Brasil, juntamente com razões de natureza política expressas em diferentes tratados no século XVIII (Davidson, 1973), tal como, no caso da bacia amazônica, a busca de um equilíbrio à entrega da região do Rio da Prata à Espanha (Boxer, 1969: 294).

O célebre *bandeirante* foi a mais vistosa das figuras produzidas por essa expansão da fronteira. Mas mesmo com a aquisição política do território, na verdade todo esse movimento de *fronteira* deu resultados muito duvidosos em termos de ocupação efetiva, apesar do principal argumento de Portugal nos tratados com a Espanha e a França – reforçado pela construção de postos avançados militares – ter sido o de *uti possidetis*. Eis como Richard M. Morse (1967: 30-31) vê a *fronteira* e a ação do bandeirante em contraste com a visão da *fronteira* de Turner:

No Brasil a *fronteira* não é uma linha ou um limite, ou um avanço da civilização, ou um processo unilateral ou unilinear. Devemos na verdade falar não de uma *fronteira* mas de experiências, transações e mutações de *fronteira* múltiplas e complexas. Não podemos fixar nenhuma linha entre homem branco e índio, civilização e primitivismo, áreas ocupadas e não ocupadas, postos avançados imperiais e comunidades autônomas. A ocupação ocorreu e ainda ocorre em um padrão de arquipélago. Para uma bandeira a *fronteira* era *protoplásmica*. Duas mil pessoas transportam a sua comunidade, o seu *genius loci* numa abrangente incursão para o interior. Por vezes representam um fenômeno de pura mobilidade. O grupo pode assentar-se durante meses no sertão, centenas de milhas de casa, o tempo suficiente para plantar e realizar uma colheita. Pode dar origem a um ou mais estabelecimentos permanentes mineiros, pastoris, comerciais ou de subsistência. Pode se perder e nunca mais se ouvir falar dela. Pode voltar para o ponto de partida, depois de meses ou anos, deixando o sertão tal como era antes da excursão. Compreender o processo brasileiro de ocupação significa perceber a *fronteira* mais como interpenetração do que como avanço, mais como uma relação com o meio do que como uma projeção sobre ele,

mais como uma busca intermitente por um jardim das delícias do que como uma construção sistemática de um. Essas considerações por sua vez se ligam a proposições que são fundamentais para a sociologia de uma civilização católica.

Essa última observação de Morse obviamente é inspirada por Vianna Moog (e também, possivelmente, por Buarque de Hollanda). Todavia, ele fornece uma descrição muito vívida dessa “*fronteira*” tão difícil de ser apreendida. O seu caráter quase intermitente tem até feito alguns autores substituírem a noção de “*fronteira*” pela de “frentes pioneiras” (Waibel, 1955); e, mais radicalmente, pela de “frentes de expansão” (Ribeiro, 1970; Cardoso de Oliveira, 1967), onde até a noção de “pioneira”, na medida em que possa implicar uma ideia de ser o primeiro passo numa cadeia de desenvolvimentos necessariamente “positivos”, é evitada.

No caso da pecuária, os *resultados* num certo sentido lembram os da expansão bandeirante. A criação de gado no Brasil a princípio estava inteiramente ligada à *plantation*. Mas com o tempo a expansão das culturas levou a uma separação física: a criação foi forçada para as terras menos férteis do interior e foi responsável por uma boa parte da “conquista” do *hinterland*. Desde que o gado se reproduzia independentemente das necessidades efetivas da *plantation*, uma boa parte dessa atividade com o tempo perdeu os seus elos íntimos com a *plantation* (Furtado, 1964). Esse foi o caso particularmente da segunda metade do século XVII em diante, quando as *plantations* de açúcar no Nordeste iniciaram a sua tendência secular a uma decadência gradativa (devida, entre outros fatores, à competição das *plantations* das Antilhas). Durante certo tempo a atividade mineradora (e as cidades que cresceram com ela) constituíram um mercado alternativo, mas a tendência geral foi para um afrouxamento dos laços com os mercados exteriores¹.

Isso, no entanto, não impediu a criação de gado de expandir-se, embora quanto mais se internasse, mais se aproximasse da subsistência. Não só o gado continuava a se reproduzir, como também em geral as pastagens naturais se mostravam muito pobres e elas mesmas forçavam a expansão (Prado Jr., 1962). Por outro lado, esse tipo de atividade – com

¹ Peter Rivière (1972) estudou um caso extremo de criação de gado isolada no território de Roraima que somente nos últimos anos começou a mudar mais significativamente, sobretudo com a abertura de novas estradas.

pequeno emprego de capital – não podia cruzar os limites das grandes florestas. Tinha de se restringir às áreas inférteis (às vezes semidesérticas) com pastagens naturais.

Assim, nesse caso também houve uma grande expansão territorial. De certa forma houve igualmente um certo tipo de “ocupação”. Todavia, essa foi extremamente rarefeita. Um vaqueiro podia cuidar de duzentas a trezentas cabeças desse gado disperso.

Descritivamente poder-se-ia então dizer, com grande simplificação, que se formaram três grandes regiões: a região de *plantation da costa* (que no caso do café do Centro-Sul do século XIX em diante tenderá a se tornar itinerante e avançar para o interior), a extensa região de criação de gado (por vezes incluindo áreas mineradoras ou de *plantation* decadentes) com uma ocupação rarefeita, e uma região – sobretudo de floresta tropical – politicamente garantida mas de fato não ocupada. Nesse último caso, continuou a existir em muitas áreas uma precária extração mineral ou vegetal, especialmente junto às margens dos rios, que deu origem ou permitiu a sobrevivência de alguns povoados e cidades que serviam como o centro inicial de comercialização dos produtos extraídos.

Dentro dessas diferentes regiões eventualmente também se desenvolveu o que Kalervo Oberg (1965) denominou um “campesinato marginal”: indivíduos conhecidos por vezes como *caboclos* ou *caipiras* que tentavam reproduzir-se basicamente através de uma agricultura voltada para o autoconsumo, mantendo laços frouxos com o mercado e que, como estereótipo, eram conhecidos por serem preguiçosos e sem ambição, apenas interessados na mera sobrevivência, sem estarem dispostos a qualquer esforço suplementar. Muitos desses indivíduos na verdade constituíam uma espécie de “exército agrícola de reserva” para a *plantation* em seus momentos de expansão cíclica. Muitos outros, no entanto, nunca foram apanhados pela expansão da economia de *plantation*. Mais adiante iremos voltar a tratar deste personagem social.

O fato principal, no entanto, para o país como um todo, é que embora houvesse casos em que a repressão da força de trabalho não fosse evidente, era *estruturalmente* o traço dominante. Para os indivíduos, em termos gerais, o preço de não estar ligado a ela era a marginalidade. Certas áreas para além da *fronteira econômica* efetiva tornaram-se, a não ser por fugazes momentos de expansão bandeirante que gradativamente desapareceram, um

locus para esses marginais, e em o sendo constituíam um aspecto paradoxal mas complementar (tal como na Rússia) do sistema de repressão da força de trabalho².

Deve-se notar – consistentemente com a hipótese de Domar (1970) – que nos tempos coloniais expedições não autorizadas ao interior eram proibidas e era explicitamente afirmado que isso era necessário a fim de evitar o perigo de desorganizar a agricultura e o comércio com a dispersão da mão-de-obra já escassa.

As transformações do sistema de plantation nordestino e outros desenvolvimentos

Como dissemos antes, da segunda metade do século XVII em diante as *plantations* açucareiras do Nordeste embarcaram num gradativo processo de decadência. É a partir dessa época (e sobretudo no século seguinte com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais) que o Nordeste – até então a região mais próspera da colônia – começou a se “atrasar” em relação ao Centro-Sul. Essa tendência prosseguiria no decorrer do século XX, quando o Nordeste transformou-se na grande “região problema” da América Latina, combinando pobreza e uma alta densidade demográfica. Tratou-se, no entanto, de processo complexo, cheio de altos e baixos, apesar da tendência geral reconhecível.

A *plantation* gradativamente teve dificuldades crescentes na absorção do seu próprio crescimento demográfico natural e essa é certamente uma das razões pelas quais a abolição da escravatura não encontrou grande oposição entre os senhores de terras nordestinos. Essas dificuldades, conseqüentemente, levaram ao crescimento de uma pequena agricultura subordinada no Nordeste. Desenvolveu-se tanto dentro quanto fora do

² Deve-se tomar cuidado ao falar de sistemas de repressão da força de trabalho ou da imobilização da força de trabalho para não tomar essas expressões de forma demasiadamente literal. Pode-se argumentar (como de fato tem sido feito por pesquisadores do PPGAS que vêm estudando a *plantation* nordestina) que cada sistema tem suas próprias leis de movimento de população. Todavia, na medida em que essas expressões traduzam a noção de sistemas caracterizados pela dominância da instância política que se opõe à pequena produção independente e também à formação de um mercado de trabalho livre, são de fato úteis e nos permitem perceber o que esses diferentes sistemas (baseados na escravidão, servidão etc.) têm em comum.

domínio físico da *plantation* e estava voltada fundamentalmente para o autoconsumo, o que não excluía a existência de trocas mercantis e não-mercantis. Ao mesmo tempo, serviu como uma espécie de “depósito” de mão-de-obra de que a *plantation* lançava mão nas suas atividades principais quando em expansão ou em determinados períodos particulares, como época de colheita.

Mesmo isso, no entanto, com o tempo não se mostrou suficiente para manter toda a força de trabalho imobilizada, particularmente por ocasião de grandes secas que atingiam a *plantation* e especialmente os seus setores subordinados no interior mais seco (pequena agricultura e criação de gado).

De meados do século XIX em diante deu-se um êxodo populacional gradativo. É a partir daí que as cidades no Nordeste e também no Centro-Sul começaram a receber um influxo populacional.

Por essa época, no entanto, deu-se uma nova ocorrência que dirigiria para outro lado parte desse êxodo. A revolução industrial estava criando uma grande demanda de *borracha* e a região amazônica era a mais importante fonte de borracha natural. As atividades produtivas exigiam (e exigem) uma grande quantidade de mão-de-obra a fim de extrair a borracha das árvores da forma a mais primitiva: dentro da floresta, sem nenhum cultivo regular, simplesmente buscando as árvores onde quer que se encontrassem *in natura*.

A primeira grande onda de nordestinos para a Amazônia na década de 1870 coincidiu com uma grande seca e uma queda de preços para o algodão nordestino devido ao término da Guerra Civil norte-americana. O êxodo foi visto pelas autoridades como um modo de evitar o perigo potencial representado pelos refugiados que se concentravam nas cidades costeiras. Em meio século, de acordo com algumas estimativas, cerca de quinhentos mil nordestinos foram para a região amazônica, que experimentou um grande período de auge econômico. Ao lado do sofrimento humano e da miséria acarretados por essa exploração, grandes fortunas se fizeram e as cidades de Manaus e Belém atravessaram um período de esplendor extraordinário.

Todavia, o contrabando de sementes para os *Kew Gardens* na Inglaterra e de lá para as possessões britânicas na Malaia e no Ceilão e o seu cultivo racional em grandes *plantations*, provocou uma queda no preço

da borracha brasileira no mercado mundial a partir de 1912. Essa tendência intensificou-se drasticamente com o término da Primeira Grande Guerra.

A região amazônica caiu num longo período de estagnação. A sua população, que de 1872 a 1920 aumentara de 332.847 para 1.439.052, em 1940 seria ainda praticamente a mesma. Isso certamente significa que estava ocorrendo um êxodo de população.

Ao mesmo tempo, a tendência geral declinante das *plantations* nordestinas não tinha se invertido. Agora, no entanto, não havia mais o escoadouro da Amazônia, onde a borracha era extraída segundo um sistema que consistentemente era extremamente repressor da força de trabalho.

Combinado com outros fatores, isso levou, aproximadamente da década de 1920 em diante, a um grande crescimento das cidades brasileiras. Simultaneamente, deu-se um menos óbvio e não muito bem percebido *crescimento do “campesinato marginal”*.

Isso tudo significava que as circunstâncias estavam agora levando a uma *gradativa liberação da força de trabalho*. Tratava-se, no entanto, sobretudo da liberação da força de trabalho *excedente*: a *plantation* continuava, através de suas transformações, a manter relativamente imobilizada, utilizando toda sorte de artifícios (dívidas contraídas nos *barracões*, doação de pequenos lotes de terra, a simples violência em casos extremos etc.) a mão-de-obra realmente necessária.

No entanto, tratava-se sem dúvida de um fenômeno novo e importante (com reflexos inclusive nas próprias formas de imobilização da força de trabalho), particularmente quando combinado com outros desenvolvimentos dentro e fora do país como um todo; alguns dos quais, como veremos, não tinham um caráter tão “espontâneo”.

O ponto básico a ser acentuado é que em última análise assiste-se aqui, mais uma vez, ao *desenvolvimento capitalista de um sistema originalmente baseado na repressão da força de trabalho, através de sua transformação gradual e não-revolucionária*. Como veremos, alguns dos traços básicos comuns a esses desenvolvimentos serão discerníveis, uma vez que a nossa análise nos leve além dos aspectos igualmente importantes peculiares ao caso brasileiro.